

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/41032	53982/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1 / 1)
Presidente da Câmara Municipal
Data Assinatura: 12/02/2025
HASH: 727a7aeef1a280377f3c4e669c031f9



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/40203	2021/500.10.301/48	Processo de migração
Unidade Administrativa		
DF - [PD]		
Propósito		
Expediente Geral \ DF - Despacho (sem notificação)		
Órgão/Cargo que resolve		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Processo: 2021/500.10.301/48

Assunto: Reposição de legalidade urbanística

Local: Rua S. Victor, nº 144 a 150, São Vítor

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Em pronúncia ao ofício 2025-S-RE-59223 de 20/10/2025, o reclamante solicitou a suspensão do procedimento, em requerimento (2025-E-RC-30458 de 29/10/2025), cujo teor foi analisado na DMGT/DU/DAT, que se pronunciou nos termos do despacho 2025-11727, despacho este que faz referência à viabilidade e modo de legalização das desconformidades em causa.

Tanto ao reclamante como à sua representante, foi já dado conhecimento do teor do despacho acima referido, conforme notificações 2025-S-RC-7677 e 2025-S-RE-67829, de 26/11/2025, devendo o reclamado ser igualmente notificado nos mesmos termos.

O processo deverá aguardar junto do agente fiscalizador, tendo em conta que decorrido o prazo de audiência prévia, sem que haja resposta e com vista à reposição da legalidade urbanística no local em apreço, nos termos do artigo 102.ºA do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, proponho:



1. Notificar **o proprietário** nos seguintes termos:

- Com vista à reposição da legalidade urbanística, nos termos do n.º 1, do artigo 102.ºA do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar a legalização das obras concretizadas no local em apreço **sem o devido controlo prévio**, em conformidade com despacho 2025-11727, da DMGT/DU/DAT (Divisão de Avaliação Técnica), cuja cópia segue sob anexo.

- Caso não proceda voluntariamente à reposição da legalidade urbanística, é intenção deste município ponderar entre:

1. Se possível, a legalização oficiosa, com taxas especialmente agravadas de acordo com o n.º 8 do artigo 102.º A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua atual redação; ou

2. A realização das medidas adequadas nos termos dos artigos 105.º e seguintes do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua atual redação, a expensas de V. Exª, conforme previsto no artº 108º do mesmo diploma.

- Assim, de acordo com os artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua atual redação, dispõe do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar por escrito, acerca do conteúdo do presente projecto de decisão, findo os quais, sem que haja resposta, o presente projeto de decisão converter-se-á em definitivo, dispondo V. Exª do prazo de **90 dias úteis** para dar início à legalização das obras concretizadas no local em apreço, sem o devido controlo prévio, com processo instruído nos termos da informação prestada pelos Serviços de Urbanismo deste Município, acima referida.

2. Quanto **ao restantes interessados**, deverão ser notificados nos seguintes termos:

- Na sequência da ação inspetiva efetuada pelo Departamento de Fiscalização deste Município foi verificada a existência obras concretizadas no local em apreço sem o devido controlo prévio.

- Com vista à reposição da legalidade urbanística, nos termos do n.º 1, do artigo 102.ºA do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar a legalização dessas obras, em conformidade com informação prestada pela Divisão de Procedimentos Urbanísticos.

- Caso, o proprietário não proceda voluntariamente à reposição da legalidade urbanística, é intenção deste município ponderar entre, se possível, a legalização oficiosa, com taxas especialmente agravadas de acordo com o n.º 8 do artigo 102.º A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua atual redação ou promover a realização das medidas adequadas nos termos dos artigos 105.º e seguintes desse Regime Jurídico, a expensas do proprietário, conforme previsto no artº 108º do mesmo diploma.

- Atendendo aos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual. o proprietário dispõe do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção.

- Findo o prazo, sem haja pronuncia, o projeto de decisão, converterá automaticamente em decisão final, dispondo o proprietário, a partir daí, do prazo de **90 dias úteis** para dar início à legalização das obras concretizadas no local em apreço, sem o devido controlo prévio, com processo instruído nos termos da informação prestada pelos Serviços de Urbanismo deste Município, acima referida.

